

Contingência e expressão: o conceito de “prática articulatória” na Análise Crítica do Discurso

Anna Elizabeth Balocco

Recebido 15, set. 2009 / Aprovado 25, out. 2009

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão sobre as relações entre necessidade e contingência nos estudos da linguagem, desenvolvida no âmbito da Análise Crítica do Discurso (ACD) e com foco no conceito de “prática articulatória”. Inicia-se pela apresentação do realismo crítico (orientação filosófica cujos postulados informam os estudos do discurso de orientação crítica) e por um breve histórico da ACD. Após o exame de questões centrais neste quadro teórico, são feitas considerações sobre a forma como a ACD mobiliza a Linguística Sistemico-Funcional (LSF) para dar conta das relações entre necessidade e contingência na análise linguística.

Palavras-chave: *Discurso. Teoria crítica. Realismo crítico. Prática articulatória.*

1 - Contingência e expressão nos estudos da linguagem

A reflexão teórica sobre contingência e expressão, nos estudos da linguagem, assume a forma de uma discussão sobre as relações entre as relativas permanências da estrutura social (incluindo-se aqui as estruturas linguístico-discursivas, como formas de organização simbólica do social) e a contingência das práticas de significação de sujeitos localizados em contextos sociohistóricos particulares.

Neste artigo, esta reflexão desenvolve-se no quadro da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), um movimento multifacetado nos estudos do discurso de origem anglo-saxã, baseado nos postulados do realismo crítico (BHASKAR, 1989; CALLINICOS, 1995), uma orientação filosófica que busca problematizar a tese wittgensteiniana de que “tudo é discurso”, ou de que o mundo exterior encontra-se em relação de subordinação ao mundo social.

Da perspectiva do antirrealismo, tudo é mediado pela linguagem, como se depreende da clássica formulação de Wittgenstein segundo a qual “o mundo não é um fenômeno sensível, mas um corpo de proposições que permitem falar a respeito de um mundo” (MACEY, 2001, p. 400-401). Esta é uma posição que leva o idealismo filosófico às suas últimas conseqüências, ao não reconhecer fatos objetivos no universo, ou qualquer instância que represente um ponto de referência fixo no mundo empírico.

Alinhando-se a críticas a esta posição extremada, vindas de diferentes campos teóricos, o realismo crítico apresenta-se como uma versão moderada do antirrealismo. No realismo crítico, compartilha-se com o antirrealismo a proposição básica da importância da linguagem e do discurso como instâncias de constituição do real, mas se argumenta que o antirrealismo radical leva ao relativismo absoluto e nega a experiência humana. Visto desta perspectiva, o realismo crítico representa uma reflexão crítica sobre posições filosóficas que se caracterizam por reduzir a realidade ao discurso.

Contra o idealismo transcendental levado às últimas conseqüências pelo antirrealismo, o realismo crítico apresenta-se como um quadro teórico caracterizado pela rejeição aos pares dicotômicos “real - social”, “objetividade - subjetividade”, “necessidade - contingência”. Propõe-se, neste quadro teórico, substituir a oposição entre os dois termos dos pares por uma relação dialética entre os mesmos. Isto se traduz no argumento de que não existe um mundo ordenado independente do sujeito e da linguagem (como quer o antirrealismo), mas que rejeita igualmente a tese da independência ou da autonomia absoluta do mundo simbólico ou do discurso.

A discussão da relação dialética entre o par “necessidade - contingência” centra-se, neste artigo, no conceito de “prática

articulatória”, tomado emprestado por Chouliaraki & Fairclough (1999) de Laclau & Mouffe (1998), como forma de dar à noção de discurso na ACD um contorno específico: para os autores, a concepção de discurso como prática articulatória permite a análise do potencial de mudança na linguagem e da forma como este potencial se atualiza em diferentes domínios da vida social.

Antes de apresentar a “prática articulatória”, no entanto, o artigo traz um breve histórico da ACD, seguido de alguns elementos para compreensão da teoria social que informa este quadro teórico; de considerações mais específicas sobre a constituição do social na ordem simbólica; e de considerações sobre as relações entre necessidade e contingência nos estudos do discurso. Após a apresentação do conceito de “prática articulatória”, no final do artigo, são feitas considerações sobre a Linguística Sistemico-Funcional e a forma como esta possibilita o exame das relações entre necessidade e contingência na análise linguística.

2 - A Análise Crítica do Discurso: breve histórico

Há diferentes abordagens na ACD, algumas voltadas para aspectos sociocognitivos do discurso (VAN DIJK, 2000); outras voltadas para a dimensão crítica de estudos sociolinguísticos (WODAK, 1989); e abordagens, ainda, que se caracterizam pelo seu enfoque estritamente dialético (FAIRCLOUGH, 2003), com ênfase nas relações entre práticas sociais e discursivas. O que todas estas correntes têm em comum é o compromisso com o estudo das relações entre linguagem, discurso e ideologia.

Do ponto de vista histórico, a Análise Crítica do Discurso é tributária dos estudos iniciados por pesquisadores na área da Linguística Crítica, da década de setenta (representada por estudos de Kress & Hodge, 1979; ou Fowler *et alii*, 1979), que nasceram do encontro de teorias linguísticas voltadas para a dimensão social da linguagem com teorias sociológicas voltadas para questões de representação e de ideologia. Fundamentalmente, a perspectiva crítica em relação à linguagem e ao discurso pressupõe desvendarem-se as relações entre as representações que construímos do mundo em que vivemos, de quem somos e de como funcionamos em nosso grupo social, e os sistemas de poder que autorizam determinadas representações e suprimem outras.

Um aspecto central dos estudos críticos do discurso está representado pela noção de que aquilo que é considerado o senso comum, em certa cultura, em determinado momento histórico, reflete e constrói os valores de grupos sociais dominantes naquela cultura. O sentido de “intervencionismo” proposto para a Linguística Crítica por Fowler (1996), assim, remete à atitude de permanente disposição para inspecionar os valores sociais investidos em representações hegemônicas em vários tipos de discursos públicos (o discurso da mídia, da propaganda polí-

tica, da academia, dentre outros), de forma a alterar as práticas discursivas de determinados grupos sociais.

Os estudos críticos do discurso são na verdade um conjunto de postulados a respeito das relações entre a linguagem e a sociedade. Para melhor compreensão destes postulados, começa-se por apresentar a teoria social que informa os estudos discursivos na ACD.

3 - A natureza aberta do social

As várias dimensões do social (a econômica, a política, a cultural, a semiológica ou linguística, a psicológica) têm estruturas distintas e cada uma delas tem impacto sobre a outra, mas não há uma relação de “determinação” entre elas, como figura no pensamento marxista ortodoxo. Um dos argumentos centrais na teoria marxista é o de que a dimensão econômica (onde se localizam as relações de produção entre o capital e o trabalho) determinaria as outras dimensões do social: estas (frequentemente referidas como dimensões da “superestrutura”, em oposição à “infraestrutura ou base”) seriam meros epifenômenos da “base econômica” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 19). Mas este argumento foi questionado por vários teóricos, a partir de variadas posições, que têm em comum a noção de que cada dimensão do social tem um estatuto próprio, não podendo qualquer uma delas ser reduzida à outra e sequer ser vista como a expressão de uma totalidade que a transcende (LACLAU & MOUFFE, 1998, p. 93). Para dar apenas um exemplo, a dimensão econômica parece ter um papel significativo na formação social do capitalismo tardio contemporâneo, mas isto não significa que o social possa ser reduzido à economia, neste momento particular da história.

Do ponto de vista de uma teoria do discurso, a noção de “sobredeterminação” (emprestada de Althusser, 1979) permite conceituar as relações entre a produção de sentidos e os fatores sociais que afetam aqueles processos de forma dinâmica: não é possível postular uma relação mecânica ou automática de “determinação” entre as diferentes dimensões do social, pois as diferentes dimensões do social operam simultaneamente. Nos termos de Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 19), “a operação de qualquer mecanismo [= dimensão do social] é sempre mediada pela operação de outros, de forma que nenhum mecanismo tem efeitos determinados sobre os eventos [discursivos]”.

Esta última proposição levanta uma questão fundamental para o quadro de referência teórico da ACD, a da mediação, que também pode ser abordada a partir de contribuição de Althusser (1996, p. 115), mais especificamente da concepção de ideologia do teórico marxista francês, fortemente marcada pelo conceito de “imaginário social”. Para o autor, a ideologia é o processo pelo qual os atores sociais, através de “imagens, símbolos e conceitos

que ‘vive[m]’ no plano inconsciente” (EAGLETON, 1991, p. 18), atribuem sentido às condições reais de sua existência. Assim, as relações entre o fato social e a representação daquele fato são mediadas pelo imaginário social: são construídas no plano simbólico, num processo de “fusão” entre a realidade e o imaginário.

Mais um argumento, portanto, para rejeitar a relação de “determinação” entre as diferentes dimensões do social: estas relações são sempre “mediadas” pelo imaginário dos atores sociais. Ou são, nos termos de Althusser, “sobredeterminadas”: os sujeitos sempre representam “algo a mais” do que a realidade (LACLAU, 2000, p. 58). É exatamente o reconhecimento deste excedente de sentido, ou desta dimensão simbólica, que permite o argumento contra posições essencialistas que buscam “fixar” o sentido das estruturas e relações sociais: se é no plano do simbólico que atribuímos sentido a elementos de nossa experiência social, fundindo elementos de nossa experiência vivida com elementos imaginários, o sentido não está pronto, não está nas coisas ou nas relações sociais, mas constitui-se de forma singular a cada evento discursivo. O que existe são tentativas ou movimentos pela fixação de sentidos (ou o seu deslocamento) nas relações sociais.

A lógica da sobredeterminação é a lógica da rejeição de qualquer categoria fixa nas estruturas e relações sociais; é a lógica da “afirmação da natureza incompleta, aberta, e politicamente negociável de qualquer [traço do social]” (LACLAU & MOUFFE, 1998, p. 104). Acompanha o raciocínio dos autores a noção de que o campo da discursividade é também, por natureza, aberto, o que se traduz na noção derrideana, segundo os próprios autores, do “jogo infinito da significação”. E continuam os autores: “as regularidades [que se observam na sociedade e no discurso] constituem, pura e simplesmente, formas relativas e precárias de fixação [de determinados sentidos], que acompanham o estabelecimento de determinada ordem”.

Na ACD, a posição a favor da natureza aberta do social não leva à visão radical da construção social da realidade, posição que seria contraditória com os postulados do realismo crítico. Contra teorias que destacam a contingência radical do social (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 125), argumenta-se, na ACD, que é preciso não perder de vista a relação dialética entre práticas sociais e discursivas, entendendo as primeiras como sendo constituídas de elementos socioestruturais que limitam “o jogo infinito da significação”, nos termos de Derrida. Na próxima seção, desenvolve-se a problemática dos limites impostos, pelo discurso, às possibilidades infinitas da lógica semiótica.

4 - A constituição do social na ordem simbólica e os limites do discurso

Apresentar um argumento pelo caráter simbólico do social pressupõe defender a noção de que a atribuição de sentido é um processo que se dá na linguagem, entendida como uma prática de significação em que se estabelece, ou se fixa temporariamente, uma determinada relação entre significante e significado.

Para melhor entendimento deste ponto, é preciso colocar em discussão a distinção entre “língua” e “ordem do discurso”, cada uma destas duas dimensões tendo uma ordem própria. A língua, na ACD, é vista como uma estrutura social abstrata, que define um potencial semântico, ou um conjunto de possibilidades (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23) ou virtualidades¹.

No entanto, as práticas de significação não são “simplesmente os efeitos dos potenciais definidos pela língua” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24) □ pelo contrário, a associação instável entre significante e significado é mediada por estruturas intermediárias, que controlam esta associação. A “ordem do discurso” remete justamente às estruturas intermediárias que afetam a seleção de determinadas possibilidades estruturais abertas pelo potencial semântico da língua e a exclusão de outras (*op. cit.*, p. 23).

Por exemplo, a ordem do discurso jornalístico materializa-se como um repertório finito de práticas sociais que prescrevem papéis para os jornalistas; prescrevem formas de dizer próprias ao jornalismo (gêneros discursivos característicos desta ordem do discurso); e “fixam” um conjunto de representações da prática jornalística no Brasil (discursos). Estas práticas sociais limitam as possibilidades de construção discursiva de determinado tipo de interação entre um jornalista e seus leitores. Do ponto de vista linguístico-discursivo, para dar apenas um exemplo, observa-se a ocorrência de extensa modalização deôntica em editoriais (“São necessárias medidas urgentes para aperfeiçoar o sistema político-partidário”²), motivada por uma ordem do discurso que prescreve não somente um papel social para o editorialista como representante de sua instituição, mas também uma representação da imprensa no Brasil como um terceiro poder (que fala em pé de igualdade com os poderes constituídos da República). É a partir desta ordem do discurso que o editorialista projeta, no editorial, um perfil para si próprio como alguém que dialoga não somente com o leitor do jornal, mas também com os poderes da República, convocados a assumirem determinada postura na solução de problemas de interesse nacional.

Estas estruturas intermediárias configuram-se como cadeias de práticas sociais parcialmente estabilizadas numa ordem do discurso, que têm inúmeras possibilidades de atualização, em função dos traços característicos de determinado evento discursivo.

¹ Nestes termos, a linguagem, vista como prática de significação, não se confunde com a língua, entendida como sistema linguístico, ou sistema gramatical característico de determinada língua natural. A linguagem, entendida como sistema de significação, está acima dos sistemas linguísticos particulares.

² Este e outros exemplos foram selecionados aleatoriamente de editoriais publicados no O Globo, para efeito apenas de ilustração do argumento.

sivo (ou situação concreta de uso da linguagem). Voltando ao exemplo do jornalismo, há editorialistas que nomeiam o presidente como seu interlocutor imediato (“Antes de aplicar os vetos, Lula deveria re-examinar a MP, sem cair nas armadilhas do politicamente correto”), enquanto outros interpelam diretamente o Congresso (“Não haverá tempo para um encaminhamento do assunto no congresso”), para dar apenas dois exemplos de figuração discursiva do interlocutor de um editorial.

Há para a ACD (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 37) uma relação dialética entre práticas sociais e discursivas: se, por um lado, as práticas sociais limitam as possibilidades infinitas da semiose, por serem formas convencionais ou tipificadas de ação, por outro, elas interagem com as características específicas de determinado evento discursivo, ou contexto bem definido de uso da linguagem, podendo ser redefinidas. É esta relação dialética que permite a reflexão teórica sobre a tensão entre as relativas permanências da estrutura social (materializadas em determinada ordem do discurso; por exemplo, as representações do papel da imprensa no Brasil) e a contingência de práticas de significação de sujeitos particulares, em eventos discursivos bem definidos, no quadro mais amplo de contextos sociohistóricos particulares, afetados por relações de poder diferencialmente constituídas.

Na próxima seção, introduz-se o conceito de “hegemonia”, que possibilita a teorização sobre as relações entre necessidade (as relativas permanências da estrutura social materializadas em práticas sociais e estruturas discursivas) e contingência na ACD.

5 - Hegemonia: as relações entre necessidade e contingência

Uma concepção antiessencialista da ordem do social (implícita na afirmação da sua natureza simbólica) leva às seguintes proposições. Primeiro, se não há uma “essência” do social, ou não se pode apreender o social em termos de uma totalidade, o que existe são diversas “ordens sociais” precárias, que representam tentativas de domesticar o campo das diferenças constitutivas do fenômeno social (LACLAU & MOUFFE, 1998, p. 96).

Segundo, é preciso conceituar a forma como estas “ordens sociais precárias” se relacionam numa determinada formação social. O conceito de “hegemonia” de Gramsci, tal como revisitado por Laclau & Mouffe (1998) e Laclau (2000), é mobilizado na ACD para referência à natureza contingente da estrutura social e ao equilíbrio instável de uma estrutura de relações sociais que se constitui no discurso. Para os autores, as diferenças constitutivas do social são disputadas no discurso, em lutas por aquilo que os autores chamam de “hegemonia discursiva”, ou fixação temporária de sentido a elementos de nossa experiência social.

As permanências relativas da estrutura social emergem como “pontos nodais” que buscam fixar parcialmente o sentido da luta hegemônica. Para Laclau & Mouffe (1998, p. 112), os “pontos nodais” são posições discursivas privilegiadas, que guardam semelhança com o conceito de *points de capiton* de Lacan. Para o psicanalista francês, o fluxo ininterrupto das diferenças existentes no campo da discursividade é impensável, pois só é possível haver algum sentido se houver algum ponto de estabilização em relação ao qual as diferenças possam se definir. Um discurso que se caracteriza por não conter pontos de estabilização é o discurso psicótico: os *points de capiton*, portanto, funcionam como limites à produtividade de sentido, que marcam o campo da discursividade e que garantem a própria possibilidade da produção de sentidos.

Através dos conceitos de hegemonia, contingência e antagonismo social, Laclau argumenta que os sentidos são constituídos num sistema de relações, mas que não podem jamais ser reduzidos a essas relações. Embora afetados pelos antagonismos sociais constitutivos da formação social em que estão localizados, os sentidos não são inteiramente “determinados” por este sistema de relações, ou por esta estrutura social, pois do contrário seriam “idêntico[s] à estrutura propriamente dita” (1998, p. 217). Pelo contrário, ao se articularem, de forma provisória, sentidos parcialmente estabilizados no discurso às experiências vividas, reais e imaginárias, de um sujeito num evento discursivo específico, abre-se o caminho para deslocamentos naqueles sentidos.

Na ACD, a “ordem do discurso” é o conceito que permite a teorização sobre o elemento de necessidade sem o qual seria impossível às sociedades se constituírem como tais: qualquer prática de significação só acontece em relação a um conjunto de estruturas (ou práticas sociais) relativamente sedimentadas na sociedade. Mas a “ordem do discurso” é, ao mesmo tempo, o conceito que permite teorização sobre a contingência do social, se a mesma for entendida como uma articulação precária de elementos do social, no quadro de uma tentativa de “fechamento hegemônico” do campo da discursividade (LACLAU & MOUFFE, 1998).

Para Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 125), “a extensão e a forma da contingência do social dependem de como as pessoas e as práticas [sociais] são posicionadas no interior de estruturas sociais [mais abrangentes]”. Para os autores, o posicionamento dos participantes discursivos pode ser entendido em termos de classe social, gênero [homem/mulher], etnia, ou mesmo idade. Ou seja, os participantes discursivos são diferencialmente localizados, do ponto de vista sociocultural, “sempre no interior de estruturações de poder e dominação” (PEDRO, 1997, p. 28). E continuam Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 125): tal posicionamento “afeta, de forma pronunciada, a natureza contingente

do semiótico”. No exame das práticas de significação, portanto, é preciso não perder de vista quais grupos ou forças sociais têm maior potencial para realizar mudanças discursivas e as condições de possibilidade para que estas mudanças aconteçam.

É preciso, para finalizar esta reflexão, introduzir o conceito de “prática articulatória”, para dar corpo e forma à reflexão sobre contingência na ACD. Este é o tema da próxima seção.

6 – O discurso e a prática articulatória

Para operacionalizarem a dialética entre necessidade e contingência na ACD, Chouliaraki & Fairclough recorrem ao conceito de prática articulatória em Laclau & Mouffe (1998, p. 105)³: a prática articulatória é constitutiva do evento discursivo e consiste na “fixação parcial ou deslocamento de um sistema de diferenças” (1998, p. 109).

Para Fairclough (2003, p. 23), a discussão do conceito de prática articulatória deve pautar-se pela distinção entre as noções de “estrutura” e “evento” sociais, ou entre as possibilidades abertas por estruturas sociais abstratas (como a linguagem, por exemplo, vista como um sistema virtual de signos instáveis e móveis) em oposição àquilo que efetivamente acontece em eventos sociais concretos. Os eventos sociais não são apenas a atualização das possibilidades abertas por estruturas sociais abstratas, mas são mediados pelo efeito de estruturas intermediárias, chamadas pelo autor, como vimos, de “práticas sociais” □ um conjunto articulado de elementos do social que estabilizam parcialmente um sistema de diferenças. Estas práticas sociais têm sempre uma dimensão discursiva: por exemplo, “editoriais” e “notícias” são gêneros característicos da ordem do discurso jornalístico, orientados por certa representação imaginária do papel da imprensa como formadora de opinião, ou como terceiro poder da República.

A linguagem como prática de significação, continua o autor (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24), é um elemento do social em todos os níveis de abstração: é uma estrutura social abstrata (uma língua específica, com uma determinada estrutura de organização simbólica do social); é uma prática social (articula elementos discursivos a elementos não-discursivos do social através de determinada ordem do discurso, com seus gêneros e discursos); e é um evento social (realiza-se como um evento discursivo de determinado tipo, por exemplo, um texto escrito, ou uma conversa).

É no nível mais baixo (ou mais concreto), o do evento discursivo, que ocorre a prática articulatória, em que os “elementos” de um campo social (ou diferenças não articuladas discursivamente) transformam-se em “momentos” de um discurso, ou diferenças articuladas discursivamente⁴.

³ A apresentação que se faz do conceito de prática articulatória, neste artigo, combina elementos da formulação original em Laclau & Mouffe (1998), mas adaptando-a às categorias e à metalinguagem da ACD em Fairclough (2003) e Chouliaraki & Fairclough (1999).

⁴ É preciso chamar atenção para o fato de que os “elementos” na teoria de Laclau & Mouffe (1998) não são puramente linguísticos, mas elementos sociais de forma ampla, como instituições, rituais e práticas, que, por sua vez, podem (ou não) ter uma faceta linguística ou discursiva.

Observam Laclau & Mouffe (1998, p. 113) que a transição de “elementos” a “momentos” nunca é completamente realizada, o que confere ao discurso (aqui entendido como representação de práticas sociais) o seu caráter aberto, passível de re-articulação através de certa prática articulatória. Mas os discursos variam do ponto de vista de sua abertura ou relativa estabilidade, argumenta Fairclough (2003, p. 24), tendo em vista o fato de que são sobredeterminados por outros elementos do social. Retomando os postulados do realismo crítico, as relações entre linguagem e realidade são dialéticas: a prática discursiva articulatória e o discurso emergem juntos, no mesmo processo (LACLAU & MOUFFE, 1998, p. 110).

Um exemplo retirado da história do Brasil para ilustrar a relação dialética entre prática discursiva e social, ou a forma como a prática articulatória e o próprio discurso emergem juntos é dado por Laclau em *Contingency, hegemony, universality* (2000, p. 82-83). Segundo o autor, Antonio Conselheiro percorreu o sertão brasileiro, no final do século XIX, durante décadas, fazendo pregações, sem atrair muitos seguidores. Na passagem do Império para a República, entretanto, com as mudanças provocadas nos setores econômico e administrativo, observou-se intensa insatisfação das populações rurais em relação às políticas fiscais, o que levou a várias rebeliões, que levaram anos para serem controladas pelos governos locais. O argumento central de Laclau reside no seguinte ponto: o que funcionou como o “gatilho” a partir do qual as insatisfações generalizadas deixaram de ser dispersas e passaram a ser reunidas numa prática articulatória foi o enunciado “profético” de Antonio Conselheiro: “A República é o Anticristo”. Foi este enunciado, segundo o autor, que “forneceu uma superfície [discursiva] para a inscrição de diferentes formas de insatisfação rural”, funcionando assim como um princípio de articulação, ou uma prática discursiva articulatória.

Dois pontos merecem ser destacados, neste processo, segundo os autores. Em primeiro lugar, a forma como Império e República ocuparam os lugares vazios dos significantes Bem e Mal: este não foi um processo pré-determinado, fabricado como decorrência de alguma qualidade inerente a qualquer um dos termos dos dois pares. Muito pelo contrário, Império e República passaram a ser significados como Bem e Mal, respectivamente, a partir da própria prática articulatória. Segundo, isso só foi possível porque a equivalência construída nesta prática articulatória (o Império como o Bem e a República como o Mal) não ameaçou qualquer crença firmemente estabelecida das populações rurais. O que revela a natureza dialética das relações entre práticas sociais e discursivas: o discurso emerge de uma ordem normativa daquele grupo social, naquele momento da história.

Voltando à natureza da ordem do discurso, a mesma poderia ser vista como a “tentativa de dominar o campo da dis-

cursividade, de parar o fluxo das diferenças, de construir um centro” (LACLAU, 2000, p. 112). Configura-se, aqui, o elemento de necessidade das estruturas discursivas, como pano de fundo contra o qual a prática discursiva articulatória, da ordem da contingência, se desenvolve.

Como a reflexão sobre necessidade e contingência (ou sobre estruturas vs. práticas discursivas), na ACD, é viabilizada na análise linguística? Este é o tema da próxima seção, em que são resumidos os pontos desenvolvidos neste artigo, dando-lhes um contorno específico para fins de uma análise linguística.

7 - Os postulados da Linguística Sistêmico-Funcional a serviço da ACD

A ACD mobiliza os postulados da Linguística Sistêmico-Funcional para fazer a articulação entre necessidade e contingência na análise linguística. A LSF é reconhecida pelos marcos teóricos que introduz nos estudos da linguagem, ao advogar uma concepção da natureza da linguagem como uma semiótica social, com ênfase na produção de sentidos localizada na cultura e na história; e, do ponto de vista metodológico, por sua atenção voltada à dimensão paradigmática da linguagem.

O reconhecido foco paradigmático da LSF permite teorização sobre o repertório de sentidos de uma cultura, numa determinada época, e sua relação com os sentidos produzidos por um indivíduo em particular, num determinado contexto de uso. Para dar conta desta relação, a LSF postula três hierarquias ou princípios que organizam a linguagem: os princípios da “realização”; da “atualização”; e da “indivuação” (MARTIN, 2008, p. 31).

O primeiro princípio, da “realização”, faz referência a uma escala em que um nível de significado, no processo de produção de sentidos, é re-codificado (ou re-interpretado) num nível mais alto de abstração. Assim, por exemplo, no plano da língua, o nível fonológico é re-codificado como léxico-gramática e este último, por sua vez, realiza-se como uma semântica do discurso, um nível mais alto de abstração, visto que abrange fenômenos relativos à organização discursivo-textual da linguagem, para dar apenas um exemplo.

Diferentemente do princípio de “realização”, que relaciona diferentes níveis de significado e permite pensar o sistema semiótico em termos de suas relações internas, o segundo princípio, da “atualização”, relaciona o sistema linguístico aos seus contextos de uso, sendo pensado, não como uma escala de abstração, mas como uma escala de generalização, que vai do potencial semântico da língua (sistema) ao plano mais concreto da atualização deste potencial numa determinada situação de uso. Aqui, entram variáveis como gênero, registro e tipo de

texto para dar conta dos padrões de ocorrência de determinadas combinações de sentidos, em contextos de uso bem definidos.

Finalmente, o terceiro princípio, da “individualização”, é aquele que permite teorizar a relação entre sistema (ou repertório) e indivíduo. Trata-se, segundo Martin (2008, p. 33), da dimensão menos desenvolvida ou subteorizada da LSF. Para exame da “individualização”, volta-se a atenção para um conjunto de textos produzidos por um determinado sujeito empírico, investigando-se as coerções discursivas e genéricas que pesam sobre seus textos e até que ponto os mesmos conformam-se, ou não, àquelas coerções. Por outras palavras, o interesse da análise recai sobre a forma como um indivíduo mobiliza, de forma singular, os recursos do repertório semântico da sua cultura, investindo os seus textos de determinada “assinatura”⁵.

Se a língua define um potencial semântico na LSF, os gêneros, registros e tipos de texto são subpotenciais semânticos que limitam a seleção de elementos daquele sistema. O potencial semântico da língua e seus subpotenciais semânticos (definidos nos gêneros, registros ou tipos de texto) realizam-se, em última instância, em textos. É no plano do texto, em contextos de uso bem definidos, que se pode observar a relação entre sistema e uso: o texto é da ordem da contingência, em que o indivíduo pode repetir ou re-configurar, quer o potencial semântico da língua, quer seus subpotenciais semânticos (MARTIN, 2008, p. 32).

Na LSF, as relações entre sistema e uso são dialéticas. Se por um lado o sistema linguístico e seus subpotenciais semânticos (como registro, gênero e tipo de texto) circunscrevem as possibilidades de uso da linguagem, são os usos linguísticos, por outro lado, que moldam o sistema semântico e seus subsistemas. A LSF assim ocupa-se dos processos de semogênese, ou de mudanças no sistema semiótico: há interesse tanto em processos filogenéticos (a história do sistema), quanto logogenéticos (a história dos usos da linguagem através do tempo) e ontogenéticos (a história linguística do indivíduo) (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 141).

Os textos (unidade de análise na LSF) são vistos tanto como realização do sistema, quanto como localizados em contextos sociais específicos, potencialmente abertos à mudança. Nos termos de Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 141), “a logogênese chama a atenção para os processos de mudança que acontecem num texto, que podem representar movimentos específicos no interior do potencial semântico da língua (...), ou a ampliação daquele potencial (...)”.

Voltando ao exemplo do jornalismo impresso, a emergência do jornalismo investigativo no Brasil vê a criação de novas formas de dizer nesta ordem do discurso: para dar um exemplo apenas, os textos produzidos sob este rótulo têm algumas características do gênero narrativo “reportagem”, mas são textos mais extensos,

⁵ É preciso, no entanto, não se perder de vista o contínuo sistema - uso e a forma como se relacionam dialeticamente. Entendo que esta proposição (que representa a asserção funcionalista mais importante na LSF), busca afastar o perigo de se interpretar o princípio da individualização a partir de conceitos superados nos estudos da linguagem, como estilo ou ideoleto, se os mesmos forem entendidos como marcas de “personalidade” ou como a expressão de uma concepção de sujeito impermeável às instituições e ao social.

frequentemente publicados sob a forma de livro (AGUIAR, 2006, p. 75). Por um lado, a emergência de novas práticas sociais leva a mudanças na ordem do discurso jornalístico; por outro, as novas formas de dizer na ordem do discurso jornalístico passam a funcionar como estruturas sociais abstratas que fixam provisoriamente o inventário de possibilidades do repertório semântico de determinada instituição.

8 – Conclusão:

a ACD contra a tese da contingência radical do social

De volta aos princípios do realismo crítico que informam a ACD, rejeita-se, neste quadro teórico, a tese da contingência radical do social. Nos termos de Fairclough (2003, p. 24), há diferentes graus de sobredeterminação quando nos movemos das estruturas abstratas aos eventos concretos. No que diz respeito à língua, a mesma relaciona o plano do significado ao plano da expressão através da lexicogramática, o único plano organizacional que, em princípio, não teria uma interface direta com o extralinguístico, numa visão convencional. Na LSF, no entanto, compreende-se que, do ponto de vista diacrônico, a lexicogramática emerge do discurso, ou seja, é “historicamente constituída por processos de semogênese (processos de produção e mudança históricas do sistema semiótico), que tornam o sistema linguístico permeável à estruturação social” (p. 140). Por outro lado ainda, a visão proposta pela LSF é a de que a lexicogramática é permeável ao social também do ponto de vista sincrônico: isto leva ao postulado de que as três funções básicas da linguagem (a representação da experiência no mundo; a negociação de relações e papéis sociais; a construção textual da prática semiótica) estão inscritas no sistema linguístico, organizando de forma diferenciada a gramática de uma língua natural.

Na ordem do discurso (uma estrutura social intermediária entre a língua e o evento discursivo), observa-se grau maior de sobredeterminação por outros elementos sociais; prova disso é que as categorias aqui (gênero, registro, estilo, discurso como representação) não são puramente linguísticas, mas categorias que estão além das fronteiras entre o linguístico e o não-linguístico, entre o discursivo e o não-discursivo.

Finalmente, o texto tem um grau ainda maior de sobredeterminação, se entendido como um evento discursivo concreto diretamente influenciado pelas características específicas de determinado contexto situacional imediato e por suas condições de produção, incluindo-se aqui os recursos semióticos do produtor textual, que funcionam como ferramentas mediadoras entre as relativas permanências do social e a sua atualização num evento concreto.

A ACD mobiliza o aparato teórico da LSF a serviço de uma análise voltada para práticas de significação particulares

através das quais se fixam ou alteram as permanências relativas das estruturas sociais e discursivas. Assumindo a natureza híbrida do fenômeno discursivo na modernidade tardia como um pressuposto teórico (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 13), a ACD toma como um dos pontos centrais de sua agenda o exame da tensão entre necessidade e contingência, ou da relação dialética entre estruturas discursivas e sociais (práticas sociais, gêneros, representações) parcialmente estabilizadas na ordem do discurso, de um lado, e, na outra ponta, práticas articulatórias, ou práticas de significação de sujeitos localizados em contextos sociohistóricos bem definidos, com acesso diferenciado àquelas estruturas discursivas e sociais.

Nos termos de Fairclough (2003, p. 8), embora o mundo social, com seus ritos, suas práticas e instituições, seja construído no discurso, “uma vez construídos, [estes ritos, práticas e instituições] são realidades que afetam ou limitam a construção textual (ou discursiva) do social”. Há assim um elemento de “necessidade” na contingência do social, que reflete o estado da luta hegemônica, voltada para o fechamento das possibilidades infinitas da semiose. O discurso entendido como prática articulatória, no entanto, desloca o foco do fechamento semiótico, ao reunir, num só conceito, as noções de necessidade e contingência. O exame da prática articulatória é tanto o exame das estruturas sociais relativamente sedimentadas numa ordem do discurso, quanto das articulações ou re-articulações variáveis daquelas estruturas num evento discursivo específico.

Abstract

This paper focuses on the relationship between necessity and contingency in language studies, such as it is understood within Critical Discourse Analysis (henceforth CDA), with particular attention to the concept of “articulation”. Apart from presenting a brief historical overview of CDA, the paper introduces some tenets of critical realism, a philosophical orientation which underlies critical discourse studies. After an examination of central issues in this theoretical framework, considerations are made about how CDA draws on Systemic Functional Linguistics (SFL) to deal with necessity and contingency in linguistic analysis.

Keywords: *Discourse. Critical theory. Critical realism. Articulatory practice.*

Referências

- AGUIAR, L. A. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. *Alceu*, v.7, n. 13, p. 73-84, jul./dez. 2006.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [ed. inglesa 1994; ed. original francesa de Althusser, 1970]. p. 105-142
- . Contradição e sobredeterminação. In: ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. RJ: Zahar, 1979 [ed. original francesa 1965; 1a. ed. brasileira, 1967, sob o título de *Análise crítica da teoria marxista*]
- BHASKAR, R. *Reclaiming reality*. London: Verso, 1989.
- CALLINICOS, A. *Theories and narratives: reflections on the philosophy of history*. Durham, N.C.: Duke University Press, 1995.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- EAGLETON, T. *Ideology: an introduction*. London: Verso, 1991.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FOWLER, R. On critical linguistics. In: CALDAS-COULTHARD, C.R. & COULTHARD, M. *Texts and practices. Readings in Critical Discourse Analysis*. London: Longman, 1996. p. 3-14.
- FOWLER, R.; HODGE, R.; KRESS, G. & TREW, T. *Language and control*. London: Routledge, 1979.
- KRESS, G.R. & HODGE, R. *Language as ideology*. London: Routledge, 1979.
- LACLAU, E. Identity and hegemony: the role of universality in the constitution of political logics. In: BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. *Contingency, hegemony, universality: contemporary dialogues on the Left*. London: Verso, 2000. p. 44-89.
- LACLAU, E. & MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1998 [ed. original 1985].
- MACEY, D. *The Penguin dictionary of critical theory*. London: Penguin, 2001.
- MARTIN, J.M. Tenderness: realisation and instantiation in a Botswanan town. In: NORGAARD, N. (ed.) *Systemic functional linguistics in use: Odense working papers in language and communication*, vol. 29, 2008, p. 30-62.
- PEDRO, E. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. (org.) *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 19-46.

VAN DIJK, T. *Ideology: a multidisciplinary approach*. London: Sage, 2000 [ed. original 1998]

WODAK, R. (org.) *Language, power and ideology: studies in political discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1989.